

IDENTIFICAÇÃO SOCIAL DOS PESCADORES ASSOCIADOS ÀS COLÔNIAS DE RONDÔNIA: EDUCAÇÃO, RENDA E PROFISSIONALIZAÇÃO

GT 19: Saúde e segurança social: mudanças sociais e impactos sobre a população

Eliane Silva Leite¹
Grécica Mariana Colombo²
Jussara Gonçalves Souza e Silva³
Clodoaldo de Oliveira Freitas⁴
Josenildo de Souza e Silva⁵

Resumo

A educação é um dos setores mais importantes para o desenvolvimento de uma nação. Para os pescadores associados às colônias a principal fonte de renda é a pesca, porém o baixo grau de instrução dificulta à autogestão, comprometendo o sucesso da atividade. Assim, buscando contribuir e atender os clamores da comunidade o Projeto Pirarucu-Gente e o Programa Peixe-Vivo vem atuando com a pesquisa-ação participativa utilizando instrumentos de análise de dados secundários e entrevistas semiestruturadas. Para este trabalho foram entrevistados mais de 70% dos pescadores associados às Colônias de Pescadores de Rondônia, sendo que a maioria destes revelaram possuir 1º grau incompleto. Portanto, faz-se necessários apontamentos de propostas de pesquisa, ensino e extensão, contribuindo assim com o progresso da pesca Amazônica.

Palavras-chave: Educação, pescadores, renda

1. INTRODUÇÃO

A educação é responsável pela perpetuação, transposição do conhecimento, costumes e cultura para as gerações futuras e deve ser considerada como um dos setores mais importantes para o desenvolvimento de uma nação, pois é através do conhecimento que um povo evolui e sua população alcança uma melhoria na qualidade de vida, preferencialmente de modo sustentável para garantir a existência das futuras gerações.

O grau de instrução interfere diretamente na renda familiar. Para os pescadores associados às colônias a principal fonte de renda é a pesca, segundo Diegues (1983) *apud* Sousa (2003) o pescador artesanal é formado pela desintegração do pescador-lavrador, ou seja, vive da pesca artesanal quando ela é permitida e nos outros meses do ano dedica-se a agricultura.

Porém para ter êxito no intento é necessário saber gerir, contudo o baixo grau de instrução dificulta à autogestão, influenciando nas atitudes e decisões a serem tomadas, podendo comprometer a capacidade de gerenciamento e administração da atividade.

Assim, buscando contribuir de maneira participativa através dos clamores da comunidade o Projeto Pirarucu-Gente (CNPq/Unir/MDA/Fetagro) e o Programa Peixe-Vivo (MPA/Unir/FEPEARO) da Universidade Federal de Rondônia (Brasil), Departamento de Engenharia de Pesca e Aquicultura do *Campus* de Presidente Médici (Rondônia) vem atuando na perspectiva plural de investigação, associando a pesquisa-ação participativa à abordagem etnográfica por meio dos mais variados instrumentos das metodologias participativas.

Os dados da pesquisa mostraram que em metade das colônias mais de 50% dos entrevistados possuem o 1º grau incompleto, esses dados são mais críticos nas colônias de Cabixi e São Francisco D'Oeste, aonde as porcentagens chegam a 70% e 87%, respectivamente; a renda da família gira em torno de um a três salários mínimos, ficando comprometida pelo baixo grau de instrução e dificuldade de autogestão de outros projetos para complementação da renda.

Sendo assim, a partir do diagnóstico do grau de instrução e identificação social (perfil socioeconômico) desses pescadores, fazemos alguns apontamentos como: propostas de pesquisas, ensino e extensão; estratégias de políticas públicas para a solução dos problemas relacionados; capacitação nas colônias sobre empreendedorismo rural sustentável, administração e gestão dos empreendimentos da pesca, e beneficiamento do pescado para agregação de valor, contribuindo dessa forma com progresso da pesca Amazônica e o desenvolvimento de uma nação com qualidade de vida.

2. METODOLOGIA

Os Projetos Pirarucu-Gente e Peixe-Vivo, vem atuando na perspectiva plural de investigação, associando a pesquisa-ação participativa à abordagem etnográfica por meio dos mais variados instrumentos, tais como: análise de dados secundários, oficinas participativas, estudo de campo com aplicação de entrevistas semiestruturadas e observação participante, de modo que para este trabalho foram entrevistados mais de 600 pescadores, representando mais de 70% do total de pescadores associados às Colônias que estão vinculadas a Federação dos Pescadores de Rondônia – FEPEARO.

O presente estudo nas Colônias de Pescadores de Pimenteiras D'Oeste, Cabixi, Costa Marques, São Francisco do Guaporé, Machadinho D'Oeste e Ariquemes constitui-se de uma investigação exploratória, quanti-qualitativa, que utilizou a entrevista semiestruturada como instrumento principal de coleta de dados. Conforme Gil (1995), as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vista na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas mediante a utilização de um formulário com questões abertas e fechadas que norteou os pesquisadores durante todo o desenvolvimento do trabalho. O fato de ter sido realizada uma entrevista individual com perguntas abertas nos permitiu o acúmulo de um rico material, referente às histórias de vida de cada um dos pescadores entrevistados, das angústias e das esperanças. Uma parte das entrevistas aplicadas aos pescadores da região ocorreu nas próprias sedes das colônias, na qual o pescador era filiado, e a outra parte, os pesquisadores saíram em busca dos pescadores em suas casas ou local de trabalho para assim realizar a entrevista.

Por fim, após a coleta de dados realizamos a tabulação, o cruzamento das informações e crítica dos resultados para fazermos alguns apontamentos, como propostas de políticas públicas voltadas a solução dos problemas relacionados, contribuindo dessa forma com progresso da pesca Amazônica e o desenvolvimento de uma nação com qualidade de vida.

3. REFERENCIAL

3.1. PESCA ARTESANAL

A atividade pesqueira é uma das atividades mais antigas e democráticas no Brasil e no mundo, e tem sido responsável pelo sustento de milhares de pessoas gerando emprego, renda e alimento para muitas famílias. Essa atividade é uma das principais fontes de recursos para diversas famílias que vivem no interior dos estados (Oliveira, 1988; Abdallah & Bacha, 1999).

O Brasil possui um grande potencial hídrico e conta com doze grandes bacias hidrográficas, sendo que 80% de todo o potencial está localizado na região Amazônica, Norte do país, onde está

localizado o estado de Rondônia. Na década de 60, a região Norte passou a receber incentivos financeiros para o desenvolvimento da pesca artesanal, por ser esta responsável pela criação e manutenção de empregos nas comunidades do litoral e também das localidades à beira de rios e lagos. Até porque são milhares de brasileiros que sustentam suas famílias e geram renda para o país trabalhando com a pesca (Furtado, 1997).

Segundo Diegues (1983,1988) a pesca artesanal é definida como a pesca realizada dentro de pequenos moldes de produção mercantil, comportando também a produção de pescadores-agricultores. A lei 11.959/2009, que dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca, define como pesca artesanal a pesca praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte.

Para Diegues (1973), o pescador artesanal é aquele que na captura e desembarque de toda classe de espécies aquáticas, trabalha sozinho e/ou utiliza mão-de-obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos localizados próximos à costa, pois em geral a embarcação e aparelhagem utilizadas para tal fim possuem pouca autonomia.

Infelizmente os pescadores estão vendo suas áreas de pesca se tornar objetos de avanço de empresas e frotas pesqueiras, acirrando a competição pelo pescado encontrando-se subordinados por um mercado de atravessadores que lhes subtrai a renda e tiram seus espaços de vida, tornando-os reduzidos pelo avanço da especulação imobiliária ou ainda pelo avanço da monocultura da soja e do gado.

3.2. EDUCAÇÃO

A educação engloba os processos de ensinar e aprender, e pode ser observada em qualquer sociedade e nos grupos constituintes destas. Ela é responsável pela perpetuação, transposição do conhecimento, costumes e cultura para as gerações futuras e deve ser considerada como um dos setores mais importantes para o desenvolvimento de uma nação, pois é através do conhecimento que um povo evolui e sua população alcança uma melhoria na qualidade de vida, preferencialmente de modo sustentável para garantir a existência das gerações futuras.

Infelizmente, a educação no Brasil tem sofrido impasses para seu desenvolvimento, a educação do campo conta com um cenário de precariedade, descaso e falta de investimentos para a institucionalização e conservação das escolas, assim como a educação dentro da área urbana que sofre com a falta de políticas públicas.

A desigualdade no sistema educacional brasileiro é refletida nos índices de analfabetismo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010), a região Norte do Brasil registrou em 2010, a segunda maior taxa de analfabetismo, compreendendo 11,2% da população, ficando atrás apenas da região do Nordeste.

Becker (1993) diz que esse baixo nível educacional traz para o Brasil vários problemas econômicos e sociais. No eixo econômico prejudica o crescimento da economia e aumenta o atraso tecnológico do país em relação às outras economias. Relacionado ao lado social, o baixo nível educacional é considerado um dos grandes causadores da pobreza e da má distribuição de renda no Brasil, pois trabalhadores não qualificados possuem um baixo rendimento em relação aos qualificados, e com isso, acabam investindo pouco na educação dos filhos, contribuindo para que essa geração também tenha um baixo rendimento, alimentando, portanto, um ciclo vicioso (Camargo & Barros, 1991).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, reconhece que todos têm direito ao acesso à educação, no entanto, o Brasil ainda é um país na qual a população se encontra com baixo nível de escolaridade, em consequências disto o Brasil ocupou o 39º

lugar o ranking mundial de qualidade da educação na classe do ensino de uma lista de 40 países (G1 Educação, 2012). Em virtude das notícias que são continuamente vinculadas na mídia quanto à situação da educação no Brasil, fazem-se necessárias propostas e estratégias de políticas públicas urgentes para a solução dos problemas relacionados.

3.3. PROFISSIONALIZAÇÃO E RENDA

O pescador artesanal profissional é aquele que exerce a atividade de pesca profissional de forma autônoma, ou seja, o poder de decidir sobre o próprio trabalho, ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria. Freidson (1998, p. 40) define a profissão como uma ocupação, distinguida das demais pelo “conhecimento e competência especializados necessários para a realização de tarefas diferentes numa divisão do trabalho”. Em relação aos pescadores, estes conhecimentos, formais e abstratos, são adquiridos ao longo do exercício da profissão e normalmente foram passados de geração para geração no âmbito familiar.

Existe uma relação indissociável entre o trabalho, ciência, tecnologia e cultura. O trabalho é uma atividade econômica na qual ocorre a mediação entre o homem, a realidade material e social e é através dele que garantimos a nossa existência e acumulamos riquezas para serem usufruídas conforme as nossas necessidades (Ministério da Educação - MEC, 2007).

Não se pode desassociar o trabalho e renda da educação, pois os conhecimentos adquiridos na formação profissional pelo trabalhador faz com que ele melhore a sua força produtiva, resultando em novas técnicas e procedimentos que possibilitará uma atuação autônoma e mais consistente sobre o mercado econômico da sociedade, ou seja, melhor renda. Nóvoa (1992) complementa dizendo que a profissionalização é um processo no qual os trabalhadores elevam os seus rendimentos e aumenta seu poder e sua autonomia. O trabalho como princípio educativo contribui para a formação de trabalhadores autônomos que por meio do trabalho suprem as suas necessidades de modo que cuidem e preservem as necessidades das gerações futuras de uma maneira sustentável.

Diante de precariedade escolar e da desigualdade econômica, muitos jovens da classe trabalhadora são obrigados a deixar o ensino de lado e buscar o ingresso no mercado de trabalho visando aumentar a renda familiar. Contudo, a educação de nível superior é a porta de entrada que dá acesso ao mercado de trabalho, porém muitos jovens antes dos 18 anos idade, deixam a escola para trabalharem, sendo que em muitas vezes não conseguem encontrar um emprego que satisfaçam suas necessidades.

3.4. ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva dos meios de produção dos bens ou prestação de serviços e pela participação democrática nas decisões dos membros da organização ou empreendimento.

Segundo Dubeux (2007), a propriedade coletiva dos meios de produção, trata-se de uma ação democrática onde existem relações de solidariedade que superam o interesse individual. Pode-se então dizer que a economia solidária é um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, com base na igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes do empreendimento econômico solidário.

A formação de cooperativas de trabalho de produção de associações de trabalhadores são as melhores representações das experiências da economia solidária. Para Guimarães (1999), o cooperativismo desenvolve-se a partir de práticas que sinalizam princípios que vão sendo enraizados e absorvidos no sentido de conduzir trabalhadores de baixa renda, integrantes das camadas populares e

excluídos dos processos de mercado, a praticar autogestão e elaborar novas formas de produção, distribuição e consumo, onde muito mais do que se buscar a renda, busca-se exercitar a cidadania.

Atualmente, os empreendimentos solidários estão ganhando espaço no mercado e o apoio de diversas instituições e entidades, sendo que muitos trabalhadores de ramos distintos têm se envolvido no mundo das cooperativas realizando tais atividades por motivos de uma necessidade imediata de sobrevivência e pela busca de uma possibilidade de melhoria de vida. Os pescadores artesanais também entram neste grupo de trabalhadores onde encontram na pesca o principal meio de sobrevivência e subsistência. Entretanto, neste tipo de empreendimento, os trabalhadores enfrentam algumas dificuldades, sendo as principais a defasagem tecnológica, falta de recursos, conhecimentos insuficientes da prática da autogestão e sobretudo baixa escolaridade dos associados (Vieitez & Dal Ri, 2001; Lima, 2007; Singer, 2000; Pinto, 2006).

Outra forma em que os pescadores se organizam, tratam-se das colônias de pescadores, estas são associações civis daqueles que fazem da pesca sua profissão, ou meio principal de vida. Ela tem por finalidade representar e defender os direitos e interesses dos seus associados (Silva, 1986). Os pescadores que estão associados a tais colônias, entendem essa oficialização como uma conquista para sua profissão, passando ela a fazer parte de suas vidas.

A necessidade da educação para o sucesso da organização é imprescindível. Sendo assim, em todos os empreendimentos cooperativistas, colônias de pescadores, entre outros, deve-se trabalhar muito bem não só os aspectos legais e administrativos, mas também os educacionais que são partes importantes do sistema, dessa maneira os trabalhadores terão uma responsabilidade individual e coletiva fazendo com que se desenvolvam intelectualmente e alcancem uma melhor vida social.

3.5. PROJETO PIRARUCU-GENTE E PROGRAMA PEIXE VIVO

Os projetos Pirarucu-Gente e Peixe-Vivo da Universidade Federal de Rondônia (Brasil), Departamento de Engenharia de Pesca e Aquicultura do *Campus* de Presidente Médici, tem atuado em todo o estado de Rondônia (Brasil), trabalhando com a pesquisa-ação participativa, no sentido de apoiar o clamor popular, considerando as relações homem, sociedade e natureza.

No presente trabalho foram realizadas entrevistas semiestruturadas com pescadores das Colônias de Pescadores do Estado de Rondônia vinculadas a Federação de Pescadores de Rondônia – FEPEARO, sendo elas as Colônias Z-3 município de Pimenteiras D'Oeste, Z-4 município de Costa Marques, Z-5 município de Machadinho D'Oeste, Z-8 município de Ariquemes, Z-10 município de São Francisco do Guaporé e Z-11 município de Cabixi.

Na realização das entrevistas, em todas as colônias, o comportamento por parte dos pescadores era semelhante, muitos deles apresentaram certa resistência nas entrevistas. Entretanto, a resistência apresentada por alguns pescadores foi sendo eliminada ao decorrer do trabalho, pois as diretorias das colônias incentivaram os pescadores a participarem das entrevistas, mostrando-lhes a seriedade dos projetos Peixe-Vivo e Pirarucu-Gente, assim como os pesquisadores mostraram comprometimento com o trabalho e resultados positivos para a categoria.

Portanto, ao final das entrevistas individuais obteve-se um rico material referente às histórias de vida e da atividade pesqueira de cada um dos pescadores entrevistados, permitindo assim, a tabulação e o cruzamento das informações dos dados coletados.

4. RESULTADOS

Este trabalho buscou-se identificar e discutir os dados do perfil socioeconômico dos pescadores do estado de Rondônia, associados às Colônias de Pescadores dos municípios de Ariquemes, Cabixi,

Machadinho D'Oeste, Pimenteiras D'Oeste, São Francisco do Guaporé e Costa Marques, obtidos a partir da aplicação das entrevistas semiestruturadas.

Em busca da identificação socioeconômica do pescador de Rondônia, a idade mostrou ser um parâmetro de grande relevância para o estudo, pois a partir dela podemos relacionar inúmeras estruturas sociais que influenciam no processo produtivo dos pescadores e como eles estão inseridos na sociedade, na estrutura familiar e na relação com a sua própria profissão. Os pescadores associados às colônias de Costa Marques e Ariquemes apresentaram as maiores porcentagem de faixas etárias, correspondendo às idades entre 46 e 60 anos, sendo respectivamente 63% e 59%, (gráfico 1). Em contraponto, para ambas as cidades há pequena porcentagem de pescadores jovens, entre 18 e 25 anos de idade, correspondendo apenas 2% (gráfico 1).

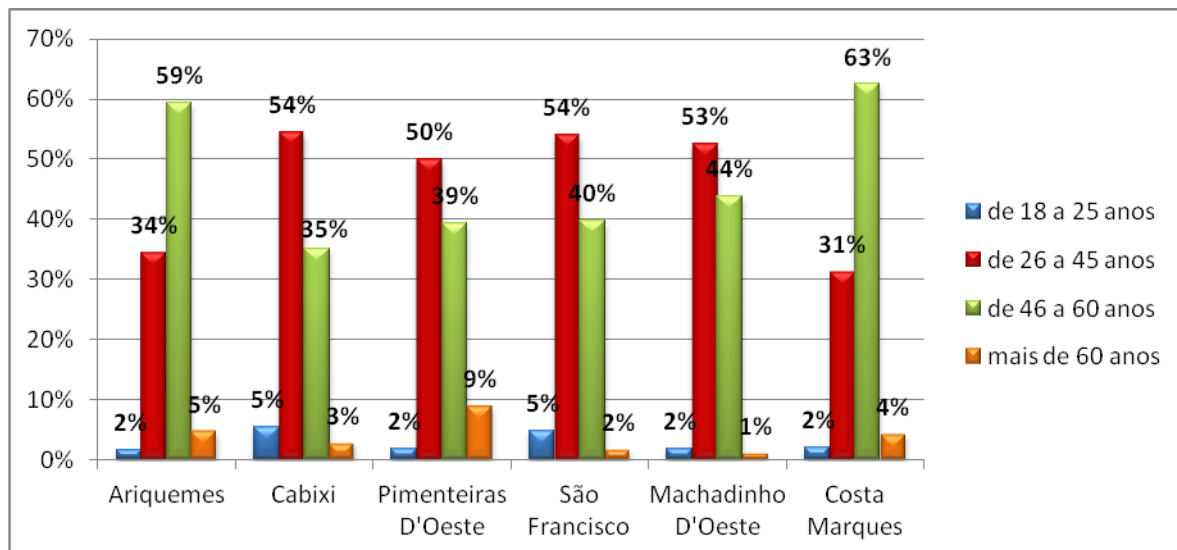


Gráfico 1 – Faixa etária dos pescadores associados às Colônias dos municípios de Ariquemes, Cabixi, Pimenteiras D'Oeste, São Francisco, Machadinho D'Oeste e Costa Marques.

A pequena taxa de jovens pescadores entre 18 e 25 anos, vista nas colônias de Costa Marques e Ariquemes são iguais às taxas de Machadinho D'Oeste e Pimenteiras D'Oeste, evidenciando o baixo recrutamento de jovens para a atividade pesqueira (gráfico 1), dessa maneira a tendência será a falta de profissionais no setor caso não haja nenhuma intervenção. Infelizmente esse cenário tem se repetido em todo o Brasil, pois segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (2012), o número de pescadores profissionais com menos de 20 anos apresentou uma queda de 0,56%, quando comparado aos anos anteriores.

As colônias de Cabixi, Pimenteiras, São Francisco do Guaporé e Machadinho D'Oeste possuem maior número de pescadores com idades entre 26 e 45 anos. Praticamente todas as colônias têm baixos índices de pescadores com mais de 60 anos de idade. A nível nacional, as duas faixas etárias com os maiores números de pescadores são as de 30 a 39 anos (28%) e de 40 a 49 anos (25%) do total brasileiro (MPA, 2012). A pesca artesanal é fundamental para a vida e sobrevivência do pescador artesanal e não confere limites de idade ou escolaridade para seus praticantes.

Em relação ao grau de instrução, a colônia de Machadinho D'Oeste apresentou as maiores taxas de analfabetismo (9%) em relação a outras colônias (tabela 1). Tal fato pode ser explicado em razão da faixa etária dos pescadores, pois 44% deles possuem entre 46 a 60 anos de idade (gráfico 1). A taxa de analfabetismo na região Norte brasileira, abrange a 10,6% da população que possui 15 anos de idade ou mais.

Tabela 1 – Grau de instrução dos pescadores associados às Colônias dos municípios de Ariquemes, Cabixi, Pimenteiras D'Oeste, São Francisco, Machadinho D'Oeste e Costa Marques.

Grau de instrução	Colônias					
	Ariquemes	Cabixi	Pimenteiras D'Oeste	São Francisco	Machadinho D'Oeste	Costa Marques
Analfabeto	2%	5%	2%	2%	9%	2%
Alfabetizado	27%	-	4%	-	31%	21%
1º grau incompleto	56%	70%	38%	87%	45%	35%
1º grau completo	9%	3%	38%	2%	6%	40%
2º grau incompleto	3%	3%	14%	2%	6%	-
2º grau completo	3%	19%	5%	2%	2%	-
Universitário	-	-	-	2%	-	-
Nível superior	-	-	-	-	1%	2%

Na colônia de Cabixi, observa-se que 19% dos pescadores entrevistados possuem o ensino de 2º grau, sendo este o melhor resultado para este nível escolar comparados com as demais colônias. A desproporção entre as porcentagens das colônias com o segundo grau completo e a colônia de Cabixi, acreditamos estar relacionado ao maior público de jovens pescadores encontrados (gráfico 1). Supõe-se que o nível de informação adquirido atualmente pelos mais jovens seja superior do que há anos atrás. A colônia de Pimenteiras D'Oeste não ficou tão distante de Cabixi, pois também apresentou bons resultados quanto ao grau de instrução quando comparados com as demais colônias, sendo que 14% dos entrevistados chegaram ao 2º grau, porém não concluíram. Somente 5% conseguiram concluir o ensino.

Ainda relacionado ao grau de instrução, os pescadores de São Francisco do Guaporé apresentaram valores distintos. As taxas de analfabetismo e alfabetização foram as menores encontradas, 87% dos pescadores não concluíram o 1º grau (tabela 1). Os pescadores que chegaram ao 1º grau dizem respeito aos pescadores mais jovens. Um diagnóstico local do município de São Francisco realizado pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR (2008) constatou que 86,4% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos, ainda estavam em fase de conclusão do ensino fundamental (tabela 2), faixa etária que é esperada a conclusão do ensino fundamental. Na faixa etária dos 18 aos 24 anos o percentual também é preocupante, pois entre esses jovens é esperada a conclusão do ensino médio, no entanto, apenas 24,7% dos jovens do município haviam concluído o ensino médio, sendo 75,3% os remanescentes que estavam em fase de conclusão ou haviam abandonado a escola, evidenciando assim, a baixa escolaridade dos indivíduos do município. Segundo Cardoso (2005) o baixo nível de escolaridade entre os pescadores os vincula ainda mais à atividade de pesca. Isto ocorre provavelmente devido à falta de qualificação para o exercício de outras atividades melhores remuneradas.

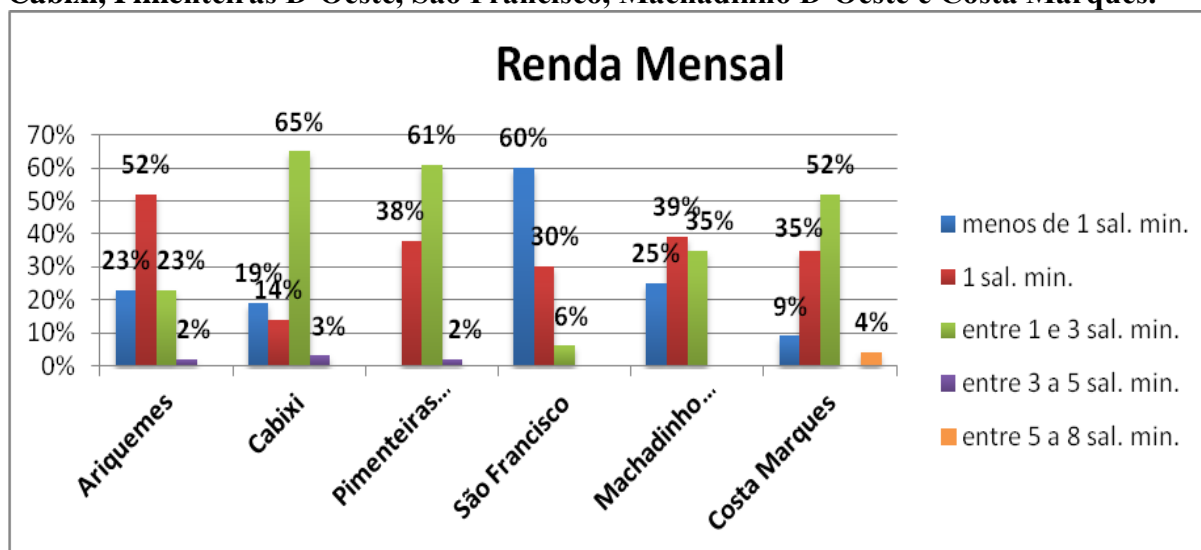
Tabela 2. Nível de escolaridade da população de São Francisco do Guaporé de acordo com a idade e o tempo de estudo (UNIR, 2008).

Faixa etária	Taxa	Menos de 4 anos de estudo (%)	Menos de 8 anos de estudo (%)	Frequentando a escola
15 a 17	3,1	23	86,4	28,6
18 a 24	4,9	19,1	75,3	-
Acima de 25	-	49	86,4	-

O trabalho está associado à educação, contudo, a precariedade da mesma afeta o futuro de muitos jovens que buscam na educação uma tentativa de formação que lhes proporcionem uma efetiva contribuição para o ingresso digno no mercado de trabalho. Diante da precariedade escolar e da desigualdade econômica, muitos jovens da classe trabalhadora são obrigados a deixar o ensino de lado e buscar o ingresso no mercado de trabalho visando aumentar a renda familiar. Para a situação do nível educacional em São Francisco do Guaporé, esse pode ser um dos motivos para a estagnação e a não conclusão da maior parte dos pescadores no ensino do 1º grau.

O grau de instrução e a renda mensal estão intimamente relacionados. Ao analisar a renda mensal proveniente do processo produtivo da pesca das famílias dos pescadores, observamos que Cabixi, Pimenteiras D'Oeste e Costa Marques possuem os maiores índices de pescadores com renda entre um e três salários mínimos (gráfico 2).

Gráfico 2 - Renda mensal dos pescadores associados às Colônias dos municípios de Ariquemes, Cabixi, Pimenteiras D'Oeste, São Francisco, Machadinho D'Oeste e Costa Marques.

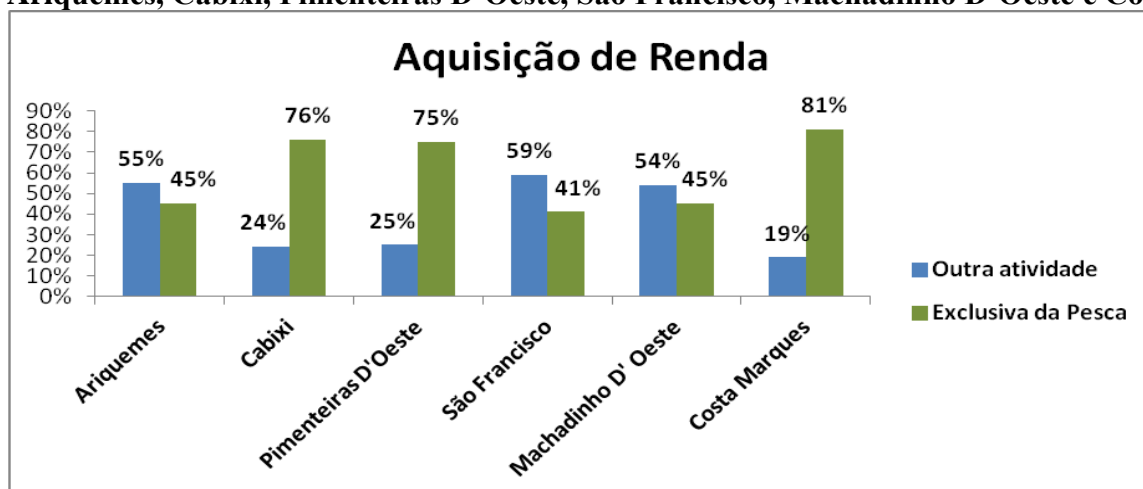


Deve-se levar em consideração que a maioria dos pescadores não chegam a retirar três salários mínimos, aproximando-se somente de dois salários mínimos. Segundo a Lista de Classes Sociais do IBGE, trabalhadores que possuem renda de um a três salários mínimos estão incluídos na Classe Social D, e aqueles que possuem renda até um salário pertencem à Classe Social E. A maior parte dos pescadores entrevistados estão inclusos nas Classes Sociais D e E.

Na colônia de São Francisco do Guaporé, 60% dos pescadores possuem renda inferior a um salário mínimo (gráfico 2), onde atribuímos este dado ao fato de 87% dos pescadores possuir o 1º grau incompleto (tabela 1). Em consequência da baixa renda mensal proveniente da pesca, 59% dos pescadores buscam em outra atividade de trabalho uma alternativa para complementar a renda mensal (gráfico 3), sendo uma delas a agricultura familiar. Em Machadinho D'Oeste 25% dos pescadores possuem renda inferior a um salário mínimo. Ariquemes fica logo atrás com 23% (gráfico 2). Contudo, ambas as colônias obtiveram uns dos maiores percentuais em relação a possuir outra fonte de renda que não seja a pesca (gráfico 3).

A dependência econômica exclusiva da atividade pesqueira foi declarada pelos pescadores das colônias de Cabixi, Pimenteiras D'Oeste e Costa Marques (gráfico 3). O possível motivo para tal dependência está correlacionado com o grau escolar dos pescadores, pois a baixa escolaridade dificulta o exercício de outras atividades econômicas. Os pescadores das demais colônias revelaram exercer outras atividades complementares de renda, ou possuir conjugue com fonte de renda.

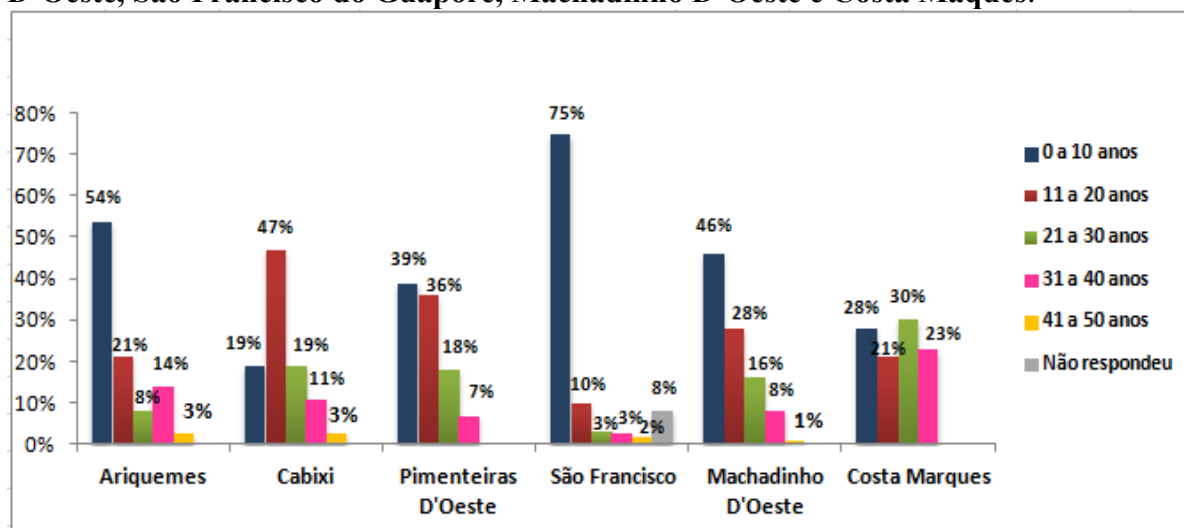
Gráfico 3 - Aquisição de renda dos pescadores associados às Colônias dos municípios de Ariquemes, Cabixi, Pimenteiras D'Oeste, São Francisco, Machadinho D'Oeste e Costa Marques.



Mesmo com a baixa renda mensal vinda da atividade pesqueira, não sendo suficientes para uma vida digna, os pescadores artesanais sustentam suas famílias e muitos consideram a pesca como sua única opção de sustento. Em alguns dos municípios onde estão sediadas as colônias, a base da economia do município gira em torno da atividade pesqueira, gerando renda para toda a população, a exemplo está à colônia Z-3 de Pimenteiras D'Oeste, fundada em 1981, a qual atualmente tem exportado para frigoríficos do estado toda a produção de peixes, sendo esta referencial de autogestão em todo o estado de Rondônia.

A maioria dos pescadores das colônias em estudo vivem e pescam em suas regiões a aproximadamente 10 anos (gráfico 4). São Francisco do Guaporé foi o município que mais se destacou nesse quesito. Pescadores que possuem na pesca sua principal atividade econômica e de subsistência geralmente apresentam longo tempo de dedicação a este exercício.

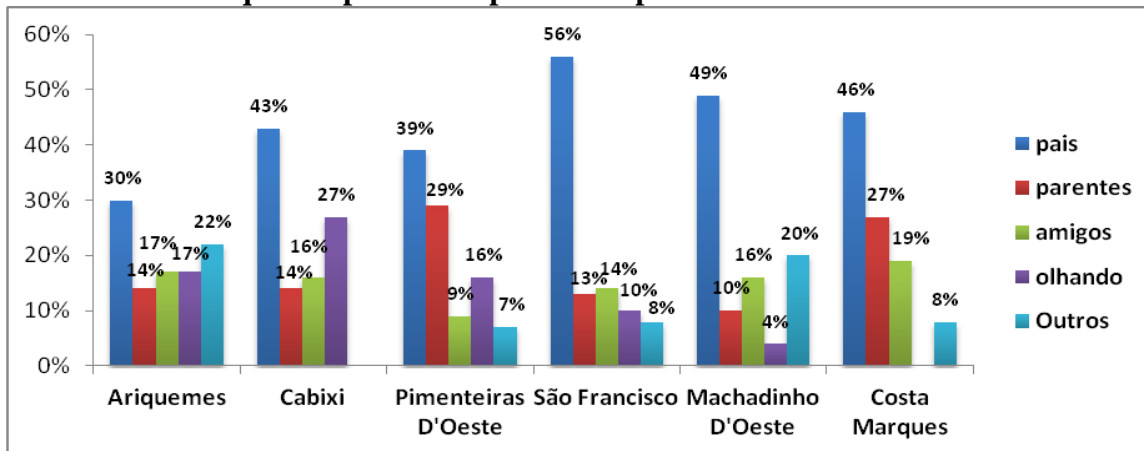
Gráfico 4 - Tempo que os pescadores pescam nas regiões de Ariquemes, Cabixi, Pimenteiras D'Oeste, São Francisco do Guaporé, Machadinho D'Oeste e Costa Marques.



Em todas as colônias pesquisadas os pescadores referem-se à tradição familiar como principal motivo para estarem na pesca (gráfico 5). Naturalmente a arte da pesca dentro das comunidades ribeirinhas é passada de pais para filhos, evidenciando assim as antigas raízes na profissão desse grupo.

Entretanto, esse resultado pode ser reflexo também da falta de oportunidade profissional, consequente da baixa escolaridade.

Gráfico 5 - Com quem o pescador aprendeu a pescar.



5. RECOMENDAÇÕES

A história mostra que os pescadores existem, produzem, ressignificam e resistem as políticas públicas modernizadoras tecnológicas capitalistas. O sustento da teimosia de existir e ser pescador reside na multiculturalidade intrínseca da atividade profissional, que lhes permitem dar novos sentidos as influências externas, aprender com os processos de mudanças e construir com a natureza ao longo das gerações a co-evolução socioambiental. Dentre as várias proposições de políticas públicas a serem sugeridas para o desenvolvimento da pesca sustentável em Rondônia, destacamos:

- Construir de forma participativa políticas públicas específicas para a pesca em Rondônia;
- estabelecer marca amazônica sustentável e certificação do pescado rondoniense;
- realizar junto com a universidade um programa de formação, pesquisa e extensão em pesca e aquicultura envolvendo (pesquisadores, professores, pescadores, aquicultores e técnicos);
- capacitação e formação profissional para os pescadores em regime da alternância;
- capacitação sobre empreendedorismo rural e sustentável;
- gestão e administração dos empreendimentos da pesca;
- cursos de beneficiamento de pescado;
- implantação de escolas profissionalizantes para a juventude rural, contribuindo assim com uma vida digna a classe pesqueira, o progresso e sobrevivência da pesca Amazônica.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho foi delineada a identidade social dos pescadores artesanais do estado de Rondônia, associados às colônias de pescadores dos municípios de Ariquemes, Machadinho D'Oeste, São Francisco do Guaporé, Cabixi, Pimenteiras D'Oeste e Costa Marques. A partir dos dados concluiu-se que a quantidade de jovens que tem trabalhado no setor pesqueiro é baixa, tendendo a diminuir ainda mais, pois muitos jovens não querem continuar na pesca devido à precariedade e a dificuldade enfrentada pelos pescadores para manter a atividade, buscando o ingresso em outros mercados de trabalho. A pesca é uma atividade que normalmente é passada de geração em geração nas famílias, porém muitos pais de família diante das dificuldades encontradas na pesca desejam uma vida melhor para seus filhos, uma vida menos “sofrida”, como alguns dos pescadores relataram, incentivando-os a

irem buscar na vida urbana mais oportunidades de trabalho. Contudo, o baixo recrutamento de jovens para a atividade pesqueira vai gerar a futura ausência de profissionais no setor.

A escolaridade e a faixa etária dos pescadores estão associadas. Nas colônias em que apresentaram um maior número de jovens, estas tiveram um melhor desempenho educacional, situação contrária vista em colônias que apresentaram a maior parte dos pescadores com idades mais avançadas, ainda assim o nível geral de escolaridade apresentada em todas as colônias é insatisfatório. A baixa escolaridade compromete a gestão e administração dos pescadores em relação à própria atividade pesqueira, dificultando assim todo o trabalho. Muitos pescadores não calculam os custos com a produção, pois não sabem como fazer. Segundo eles falta escolaridade. Todavia, a renda mensal proveniente da atividade pesqueira obtida pelos pescadores fica comprometida, pois eles não têm o controle das receitas e despesas de sua atividade, não sabendo se estão obtendo lucros ou prejuízos.

O maior percentual da renda familiar dos pescadores vinda da pesca está entre um a três salários mínimos, colocando os pescadores, segundo o IBGE nas classes sociais D e E. Sendo esta renda insuficiente para o sustento da família, muitos buscam alternativas de trabalho para complementar a renda, como por exemplo, a agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

- Abdallah, P. R.; Bacha, C. J. C. (1999). Evolução da atividade pesqueira no Brasil: 1960-1994. Teoria e Evidência Econômica, v. 7, n. 13, p. 9-24.
- Adomilli, G. K. (2002). Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Peixe – RS. 2002, 114f. Dissertação (Mestrado em antropologia). Universidade federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Becker, G. S. (1993). Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education. 3.ed. Chicago: The University of Chicago, 390p.
- Bertucci, J.O. (2010). A Produção de sentido e a construção da economia solidária. 242f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília.
- Bonifácio, R. J. (2011). O olhar docente sobre o programa escola ativa em Ji-Paraná. Monografia (Licenciatura em pedagogia). Universidade Federal de Rondônia, Ji-Paraná.
- Camargo, J., & Barros R. (1991). As causas da pobreza no Brasil: Porca Miséria!. In: IPEA. Perspectivas da economia brasileira: 2002. Brasília, D.F.: IPEA. Cap.27. p.525-544.
- Cardoso, R. S. (2005). A Pesca Comercial no Município de Manicoré (Rio Madeira), Amazonas, Brasil. 126f. Dissertação (Mestrado em ciências biológicas). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Fundação Universidade Federal do Amazonas, Brasil.
- Diegues A. C. S. (1973). Pesca e marginalização no litoral paulista. Dissertação (Mestrado). 1973, 187f. - NUPAUB; CEMAR, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Diegues, A. C. S. (1983). Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo, Ática, 287p.

Diegues, A. C. S. (1988). Formas de Organização da Produção Pesqueira: Alguns aspectos metodológicos. In ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL, 2, São Paulo, Coletânea de Trabalhos Apresentados, São Paulo, PPCAUB/F.Ford/UICN. p. 1 – 39.

Dubeux, Ana Maria. (2007). Cooperativismo popular e economia solidária: um contraponto aos impactos da globalização. In El rol de las cooperativas en un mundo globalizado. Cap. 1, p. 17.

Fernandes, B.M.; Cerioli, P.; Caldart, R.S. (2004). Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, p. 19-62.

Freidson, E. (1998). O renascimento do profissionalismo. Tradução: Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp, p. 40.

Furtado, L. G. (Org.). (1997). Amazônia: desenvolvimento, sócio-diversidade e qualidade de vida. Belém: UFPA/ NUMA, 166p.

Gil, A. C. (1995). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas.

Guimarães, G. (1999). Sindicalismo e cooperativismo. São Paulo/Rio de Janeiro, ITCP-COPPE/RITCP's/Unitrabalho.

G1 Educação. Ranking de qualidade da educação coloca Brasil em penúltimo lugar. Disponível em <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/11/ranking-de-qualidade-da-educacao-coloca-brasil-em-penultimo-lugar.html>> Acessado em: dezembro de 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Demográfico de 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/tabelas_pdf/tab27.pdf> Acessado em julho de 2013.

Laidlaw, A. (1962). FAO Consultant Training and extension in the co-operative movement, Rome, FAO (Agricultural Development Paper – N° 74), 78 p.

Laidlaw, A. (1992). La cooperazione nell'anno 2000, Milano, Edizioni CGM, 106 p.

Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei N. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm> Acessado em julho de 2013.

Lei nº 11.959, 29 junho 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acessado

em: julho de 2013.

Leite, M. P. (2009). A economia solidária e o trabalho associativo: Teorias e realidades. Revista brasileira de ciências sociais - Vol. 24 N° 69.

Lima, J. C. (2007). Trabalho flexível e autogestão: estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial. In Jacob Carlos Lima (org.), Trabalho flexível e trabalho associado, São Paulo, Anablume.

Lista de Classes Sociais, IBGE. Disponível em <<http://www.datosmarketing.com.br/listas-detahes-classes-sociais.asp>> Acessado em julho de 2013.

Ministério da Educação - MEC. Secretaria de educação profissional e tecnológica. Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio. Documento base. Brasília dezembro de 2007. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf> Acessado em julho de 2013.

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA. Boletim estatístico da Pesca Aquicultura. Brasília, 2012. p. 129.

Nóvoa, A. (1992). Formação de professores e formação docente. In: Os professores e a sua formação, do mesmo autor. Publicações Dom Quixote, Lisboa.

Oliveira, Z. O. P. (1988). Pesca artesanal: Problemas sociais e econômicos dos pescadores de Guaiúba. Imbituba (SC). Monografia (Graduação em Geografia). Fundação de Ensino Pólo Geoeducacional do Vale do Itajaí, Itajaí.

Pinto, J. R. (2006). Economia solidária: de volta à arte da associação. Porto Alegre, Editora da UFRGS.

Silva, M.S. (2006). Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, M. C. (Org.) Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Ministério do Desenvolvimento Agrário – Brasília: p. 60-92.

Silva, M V. (1986). Mitos e Verdades sobre a pesca no pantanal mato-grossense. Campo Grande – MS: FIPLAN-MS.

S. P. (2000). Economia dos setores populares: propostas e desafios. In Gabriel Kraychete, Francisco Lara e Betriz Costa (orgs.), Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia, Petrópolis, RJ, Vozes.

Singer, P. (2002). Introdução à Economia Solidária. Fundação Perseu Abramo.

Souza, T. R. V. (2003). Os efeitos do crédito rural na exploração de um recurso natural: o caso da atividade pesqueira no Rio Grande do Sul. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Rio Grande, p.84.

Universidade Federal de Rondônia - UNIR. (2008). Diagnóstico local do município de São Francisco do Guaporé. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Diagnostico_Local_Sao-Francisco-do-Guapore-RO.pdf> Acessado em julho de 2013.

Veitez, C. & Dal Ri, N. (2001). Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro, DP&A.

Autores do artigo:

Eliane Silva Leite¹, Grécica Mariana Colombo², Jussara Gonçalves Souza e Silva³, Clodoaldo de Oliveira Freitas⁴, Josenildo Souza e Silva⁵

- 1- Coordenadora pedagógica do Projeto Pirarucu–Gente e Programa Peixe-Vivo, Professora do Departamento de Engenharia de Pesca e Aquicultura da Universidade Federal de Rondônia/UNIR. Brasil. esilva2308@gmail.com
- 2- Grécica Mariana Colombo, RUT: 013.994.362-52, Graduanda do Curso de Engenharia de Pesca e Aquicultura da Universidade Federal de Rondônia e bolsista do Projeto Pirarucu-Gente e Programa Peixe-Vivo desenvolvido pelo Departamento de Engenharia de Pesca e Aquicultura da Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Brasil, grecicacolombo@hotmail.com
- 3- Jussara Gonçalves Souza e Silva, RUT: 029.865.444-01, Bolsista e pesquisadora de extensão do CNPq, do Projeto Pirarucu-Gente desenvolvido pelo Departamento de Engenharia de Pesca e Aquicultura da Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Brasil, jugoncalves13@hotmail.com.
- 4- Clodoaldo de Oliveira Freitas, RUT:387.065.632-87, Coordenador executivo do Projeto Pirarucu–Gente e Programa Peixe-Vivo, Professor do Departamento de Engenharia de Pesca e Aquicultura da Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Brasil, clodoaldo2006@ig.com.br.
- 5- Josenildo de Souza e Silva, RUT: 416.456.004-59, Coordenador Geral do Projeto Pirarucu–Gente e Programa Peixe-Vivo, Professor do Departamento de Engenharia de Pesca e Aquicultura da Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Brasil, josenildopeixe@gmail.com.